

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO

PLS 236/2012

**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
DO ESTADO DO PARANÁ**

RELATÓRIO I - COMPLEMENTAR

Com 500 mil presos, o Brasil é o 4º País do mundo em população carcerária, atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia

- O Brasil recebeu como Recomendação da ONU “melhorar as condições das prisões e enfrentar o problema da superlotação”
- As maiores violações de direitos humanos no país está na superlotação do sistema carcerário
- Segundo a ONG “Centro Internacional para Estudos Prisionais” o Brasil só fica atrás em número de presos para os Estados Unidos (2.2 milhões), China (1,6 milhões), e Rússia (740 mil)
- Dos 500 mil presos no Brasil faltam cerca de 200 mil vagas
- Para reduzir o deficit de 170 mil vagas, com o custo de 60 mil reais a vaga, o Brasil levaria quase 70 anos, conforme gráfico a seguir:

Fonte: Jornal Alô Brasília – 30/05/2012

Déficit de vagas no País e custo da vaga – construção e ampliação

SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL

DEFICIT DE VAGAS **170.000**

VALOR APORTADO NO SISTEMA DE 1994 A 2010

R\$ 2.600.000.000,00

MEDIA DE VALOR APORTADO NO SISTEMA POR ANO

R\$ 152.941.176,47

CUSTO ATUAL POR VAGA **R\$ 40.000,00**

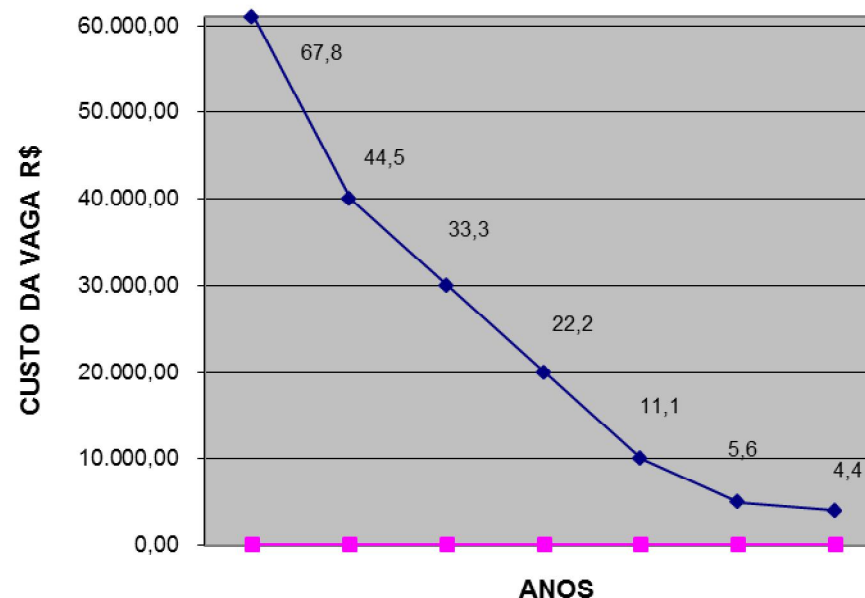
CUSTO PARA SUPRIR A DEMANDA DE 170000 VAGAS

R\$ 61.000,00	R\$ 10.370.000.000,00
R\$ 40.000,00	R\$ 6.800.000.000,00
R\$ 30.000,00	R\$ 5.100.000.000,00
R\$ 20.000,00	R\$ 3.400.000.000,00
R\$ 10.000,00	R\$ 1.700.000.000,00
R\$ 5.000,00	R\$ 850.000.000,00
R\$ 4.000,00	R\$ 680.000.000,00

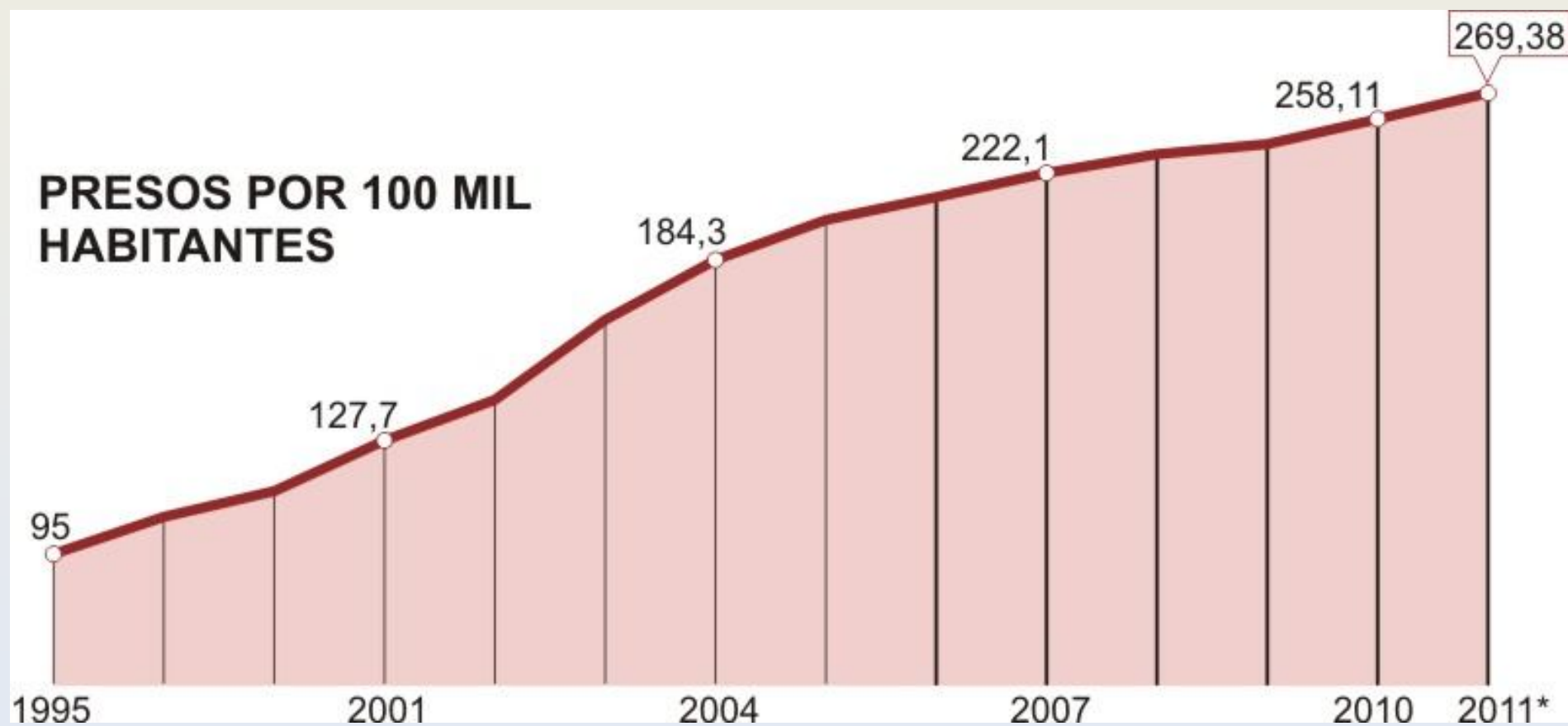
TEMPO PARA COBRIR O DEFICIT MANTIDA A ARRECAÇÃO

CUSTO DA VAGA R\$	ANOS
61.000,00	67,8
40.000,00	44,5
30.000,00	33,3
20.000,00	22,2
10.000,00	11,1
4.000,00	4,4

ELIMINAÇÃO DO DEFICIT CARCERÁRIO NACIONAL



Taxa de presos no Brasil quase triplica em 16 anos



Fonte: Folha de São Paulo – 25/03/2012

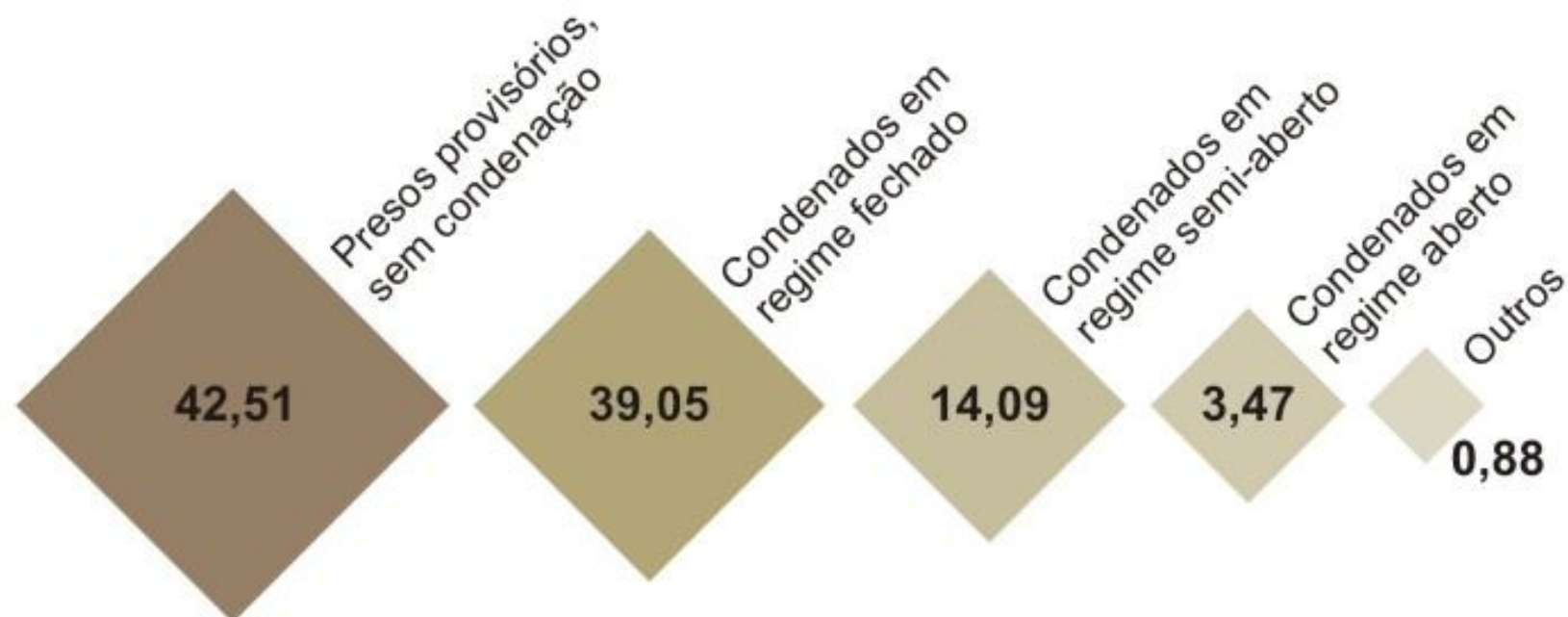
Taxa de presos no Brasil quase triplica em 16 anos

ONDE ESTÃO



Taxa de presos no Brasil quase triplica em 16 anos

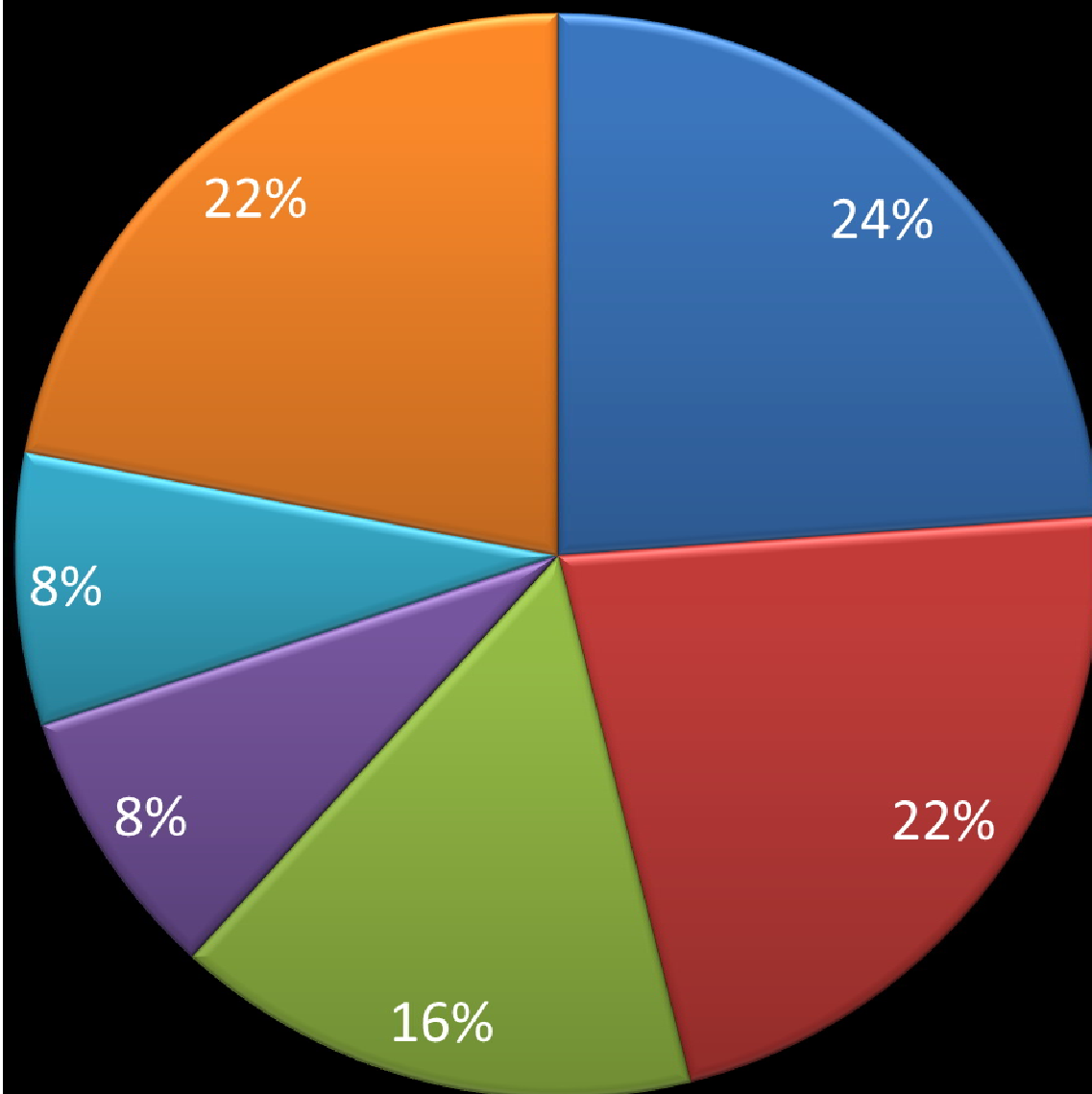
MAIS DE 40% DOS PRESOS AINDA NÃO FORAM JULGADOS (EM %)**



*Últimos números nacionais do Ministério da Justiça são de junho de 2011 **Cálculo é aproximado por incluir os presos em delegacias; presos já condenados não podem ser mantidos em unidades da polícia, mas há Estados em que ainda existe essa prática.

Fontes: Depen (Departamento Penitenciário Nacional), Censo 2010 e Pnad 2009 do IBGE, International Centre for Prison Studies (Reino Unido), Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2011)

De 22.670 crimes praticados por presos encarcerados no Sistema Penal do Paraná



Total Geral dos dez crimes de maior incidência no Sistema Penal do Paraná

- 1- Tráfico de Entorpecentes - 24%
- 2- Roubo com aumento de pena - 22%
- 3- Roubo Simples - 16%
- 4- Furto Qualificado - 8%
- 5- Furto Simples - 8%
- 6- Outros:
Homicídio Qualificado, Homicídio Simples, P.I. Arma F. UP (1),
Latrocínio e Estupro - 22%

O PLS 236/12 e as propostas do CONSEJ

- Com base em tais elementos, a Presidente do CONSEJ apresentou na reunião deliberativa do Colegiado propostas de alterações legislativas com a finalidade de rever a legislação em relação aos cinco crimes de maior incidência no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. As propostas foram discutidas, ajustadas e aprovadas à unanimidade pelos Secretários de Justiça e Administração Penitenciária do País, consistindo em alterações legislativas nas seguintes Leis:

- 1 – Código Penal: parte especial
- 2 – Código Penal: parte geral
- 3 – Lei de Execução Penal
- 4 – Código de Processo Penal e Lei Antidrogas

A seguir, são encaminhadas proposições de alteração do PLS 236/12 com base nas propostas aprovadas pelo CONSEJ e tendo por premissa a necessidade de se levar em conta a realidade material do país e a crise carcerária no momento de se elaborar um projeto de novo Código Penal.

SOBRE AS MODIFICAÇÕES NA EXECUÇÃO PENAL PROPOSTAS PELO PLS 236/12

Busca-se reservar as prisões, hoje superlotadas, para crimes mais graves e propor a redução das penas dos crimes contra o patrimônio (furto e roubo) para que guardem tratamento isonômico com as penas cominadas para os crimes contra a pessoa, cujo bem jurídico tutelado é de relevância muito maior que a defesa do patrimônio privado. Todavia, Não obstante também tenha sido este o discurso da Comissão responsável pela elaboração do PLS 236/12, com a previsão da redução de algumas penas e a previsão do instituto da "*barganha*", **a análise honesta e o prognóstico possível diante das modificações propostas para a questão da pena aponta para grande aumento da população carcerária, devido à revalorização do regime fechado, à extinção do livramento condicional e ao aumento do rigor para a obtenção de progressão de regime.** O que se enfatiza é que o efeito prático das medidas que "contrabalançariam" o aumento do rigor na execução da pena (como a diminuição das penas de crimes patrimoniais ou o instituto da barganha) não será capaz de compensar o novo *boom* carcerário que será efeito do novo texto legal.

Três constatações fundamentais

- A parte especial do Código Penal está em vigor desde 1940 e não houve alterações significativas em face do Código de Processo Penal (1941), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Constituição Federal de 1988, da Lei 9.099/95 e demais movimentos de valorização do lugar da vítima na resolução do conflito.
- Em segundo lugar, nota-se uma evidente desproporção e desarmonia entre alguns tipos penais e os respectivos bens jurídicos protegidos. É que as penas cominadas para os crimes de furto e roubo indicam um maior valor ao patrimônio do que à própria vida e integridade física, visto que as penas cominadas para a tutela do primeiro são mais graves do que muitas outras previstas no Código Penal para proteção dessas últimas.
- Por fim, em terceiro lugar, verifica-se que a população carcerária se concentra, em grande medida, em acusados ou condenados por furto e roubo. Porém, mesmo com as prisões superlotadas, permanece uma grande sensação de impunidade na sociedade.

Para alterar esse quadro, a partir da proposta de revisão das penas cominadas para o furto e roubo, são também propostas as seguintes adequações:

- a) ampliação do rol de penas restritivas de direito para estimular a prática da Justiça Restaurativa em crimes contra o patrimônio e de outra natureza, o que visa, ao contrário do que em um primeiro momento possa parecer, fortalecer efeitos de censura e combater o sentimento de impunidade;
- a) celeridade na tramitação de incidentes que, por vezes, protelam o julgamento dos crimes de furto, roubo e de outras naturezas (no Paraná, montante de mais de 12.000 presos avaliados, identificou-se cerca de 2.500 presos com prazo excedido no encerramento da instrução criminal, tendo-se conhecimento de que muitos casos decorre da demora na conclusão dos laudos de incidentes), mediante a previsão legal de substituição da inquirição de testemunhas abonatórias de antecedentes por declaração com firma reconhecida e alteração no procedimento de realização dos laudos toxicológicos previstos na Lei de Drogas.

..: Parte 1 ..:

PROPOSIÇÕES PARA A PARTE GERAL (TEORIA DA PENA) NO PLS 236/12

ART. 47. Proposta de SUPRESSÃO e conseguinte alteração do art. 543 com a não-revogação do art. 112 da Lei 7.210/84, devendo ser a progressão de regime inteiramente regulada pela LEP e não pelo CP.

JUSTIFICATIVA: Risco de se passar de uma situação já extremamente problemática para um quadro absolutamente insustentável, considerando que o crescimento da população carcerária em regime fechado é um desdobramento lógico da modificação, e que acabará não sendo “neutralizada” com as propostas de redução de pena do PLS 236/12.

A retomada da exigência do exame criminológico não se coaduna, ainda, com a necessidade imperiosa de objetivação da execução penal, conclusão tomada na elaboração da Lei 10.792/03 com base na experiência concreta sobre a prática psiquiátrica nas unidades penais.

Por fim, o conceito de “*grave lesão à sociedade*” é absolutamente indeterminado e viola o princípio da legalidade (art. 5º, XXXIV, CF) enquanto exigência de taxatividade e segurança jurídica, afigurando-se, portanto, aparentemente inconstitucional.

::: Parte 1 :::

PROPOSIÇÕES PARA A PARTE GERAL (TEORIA DA PENA) NO PLS 236/12

ART. 47. Proposta de ADIÇÃO.

§º - Nas hipóteses de furto e roubo, quando o regime inicial de cumprimento da pena fixado for o aberto ou o semiaberto, caberá suspensão condicional da execução da pena se o condenado e a vítima transacionarem a reparação material e simbólica do dano mediante práticas restaurativas e a devolução do equivalente ao produto do ilícito praticado, sem prejuízo do recolhimento de prestação pecuniária para fundo nacional, estadual ou municipal do Sistema de Justiça.

JUSTIFICATIVA: Seguindo a recomendação da Resolução 2002/12 da ONU é adequada a adoção pelo Brasil, em face da experiência bem-sucedida em outros países (EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, entre outros), de práticas ligadas à Justiça Restaurativa, a partir de Núcleos especializados que deverão ser frutos de parceria entre o Poder Executivo e o Judiciário nos Estados e Municípios. Com tais práticas, produz-se efeitos de censura mais eficazes e socialmente úteis, pois visam a restauração das relações e dos danos causados ao invés de, simplesmente, punir o autor e ignorar as necessidades concretas da vítima.

∴ Parte 1 ∴

PROPOSIÇÕES PARA A PARTE GERAL (TEORIA DA PENA) NO PLS 236/12

ART. 49, II e III. “O regime inicial de cumprimento da pena será fixado de acordo com os seguintes critérios:” (caput). Proposta de ALTERAÇÃO dos incisos II e III para:

“II – o condenado a pena superior a quatro anos e inferior a oito anos deverá iniciar o cumprimento em regime semiaberto, salvo se as circunstâncias do fato recomendarem regime mais ou menos gravoso, em decisão fundamentada;

III – o condenado a pena superior a dois e igual ou inferior a quatro anos deverá iniciar o cumprimento em regime aberto, salvo se as circunstâncias do fato recomendarem regime mais gravoso, em decisão fundamentada”.

JUSTIFICATIVA:

1. Inciso III (regime aberto). A proposta do PLS 236, que veda o regime aberto aos crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, é inconstitucional porque incompatível com o princípio da individualização da pena (art. 5º, XLVI, CF).. Já decidiu o Supremo Tribunal Federal, em diversas ocasiões, pela inconstitucionalidade de dispositivos que suprimem institutos de forma “genérica” (v. o *leading case* **HC 82959/SP**; e também os recentíssimos julgados dos **HC 97256** – Min. Ayres Brito: “a lei não pode subtrair da instância julgadora a possibilidade de individualizar a pena” – e **HC 111840**, destacando-se que neste último o Pleno do STF entendeu que a *obrigatoriedade do regime inicial fechado para os casos de crime hediondo do art. 2º, §1º, Lei 8.072/90 também viola o princípio da individualização da pena*).

2. Incisos II e III (reincidência). A reincidência já figura como circunstância agravante no PLS 236/12 (art. 77, I) e configura *bis in idem* sua reutilização como critério de determinação do regime inicial de cumprimento de pena.

∴ Parte 1 ∴

PROPOSIÇÕES PARA A PARTE GERAL (TEORIA DA PENA) NO PLS 236/12

Proposta de INCLUSÃO – NÃO-EXTINÇÃO do livramento condicional, reinserindo-se os dispositivos pertinentes sobre o direito ao livramento, nos termos atualmente vigentes, no próprio Código Penal (atual art. 83-90, CP).

JUSTIFICATIVA: o argumento único para a supressão foi que haveria uma concorrência/sobreposição entre a progressão e o livramento, especialmente com a coincidência de requisitos entre este e o regime aberto. O argumento não é correto, e acaba por também estimular a concentração no regime fechado, e isso:

(a) porque o condenado em regime fechado que já teria direito a duas progressões, mas não as pleiteou em momento adequado, em face da impossibilidade de progressão *per saltum*, pode pedir diretamente o livramento condicional. No PLS 236/12, a “progressão direta” é possível apenas no caso de ausência de vaga no regime semiaberto.

(b) porque o polêmico e atual entendimento jurisprudencial entende que “zera” a contagem do requisito temporal para a progressão de regime no caso de falta grave (e é a proposta do art. 48, §2º do PLS 236/12), mas isso não ocorre, mesmo hoje, se houver falta grave quanto à contagem do tempo para o livramento condicional (Súmula 441/STJ). Com a extinção do livramento condicional, a falta grave *sempre* irá zerar a contagem do requisito temporal, o que certamente reduzirá muitíssimo o índice de “saídas” do sistema penitenciário, imobilizando-o.

∴ Parte 1 ∴

PROPOSIÇÕES PARA A PARTE GERAL (TEORIA DA PENA) NO PLS 236/12

ART. 69, §3º. Proposta de SUPRESSÃO. O projeto prevê a conversibilidade da pena de multa em prestação de serviços à comunidade, e desta em prisão.

JUSTIFICATIVA: A possibilidade de conversão da pena de multa em prisão já foi objeto de amplo debate, culminando, com a Lei 9.268/96, com a atual redação do art. 51 do CP, o qual define a natureza do débito da pena de multa como *dívida de valor* executável perante a Fazenda Pública. O que ora se propõe, todavia, é que o inadimplemento da pena de multa resulte na sua conversão em pena de prestação de serviços à comunidade e esta, se descumprida, seria convertida em prisão correspondente ao número de dias-multa.

Há, de fato, obscuridade quanto a quem deve cobrar tal dívida. Todavia, tal dúvida não implica na possibilidade de conversão em prisão, especialmente diante do controle de convencionalidade já realizado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC 87585-8/TO, prevalecendo, com caráter *supralegal* (acima da lei, abaixo da Constituição), a disposição do art. 7º, 7 da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), segundo o qual: “*Ninguém deve ser detido por dívidas. Este princípio não limita os mandados de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar*”. Vale enfatizar que o dispositivo não diferencia prisão “civil” ou prisão “penal”. Portanto, a natureza da multa como “pena” não afasta sua natureza de *dívida*; o que veda, em entendimento já consolidado, a utilização da privação da liberdade, em qualquer espécie, como modalidade de cobrança e execução no caso de inadimplemento.

ART. 48, §1º. Proposta de MODIFICAÇÃO – SUPRESSÃO DA EXPRESSÃO – “*ou não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta*”. Pelas mesmas razões expostas acima, não se deve admitir que o inadimplemento da pena de multa seja causa de regressão de regime.

∴ Parte 2 ∴

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS APLICADAS PARA OS CRIMES DE FURTO E ROUBO

Fundamentos e motivos:

1. **Proporcionalidade:** adequação da pena cominada a outros tipos penais em relação à importância dos bens jurídicos respectivamente tutelados.
1. **Defasagem histórica:** a parte especial do Código Penal tem mais de 70 anos, salvo alterações pontuais, e dentre os dez crimes de maior incidência no Estado do Paraná estão os dois referidos tipos penais.
1. **Descompasso e assistemática:** a parte especial, que é de 1940, é anterior à Declaração Universal dos Direitos Humanos; à Constituição Federal de 1988, à reforma do Código Penal (Parte Geral) de 1984, à Lei de Execução Penal de 1984, e à Lei 9099/95, que já completa 16 anos.
1. Adequação à Resolução 101 do CNJ, em consonância com as Regras de Tóquio – Res. 45/110 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 14 de dezembro de 1990.

∴ Parte 2 ∴

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS APLICADAS PARA OS CRIMES DE FURTO E ROUBO

1) Furto simples - alterar as penas:
de 6 meses a 3 anos e multa
para 3 meses a 1 ano sem multa.

JUSTIFICATIVA: a pena proposta para lesões corporais de natureza leve é de seis meses a um ano, sendo possível propor que a pena máxima do furto simples também seja um ano, em homenagem à proporcionalidade e o bem jurídico tutelado.

Consequências:

- a) Competência sai da Justiça comum e passa a ser dos Juizados Especiais Criminais, exceto nos casos do disposto no artigo 76, § 2º, incisos I, II e III, da Lei 9099/95.
- b) Exclusão da pena de multa, já que, de modo geral, os réus são pobres.
- c) A pena cominada ficaria equivalente à pena para o crime de lesão corporal de natureza leve.

∴ Parte 2 ∴

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS APLICADAS PARA OS CRIMES DE FURTO E ROUBO

2) Furto qualificado - alterar as penas:
de reclusão de 2 a 8 anos e multa
para reclusão de 01 a 05 anos sem multa

Consequências:

a) Competência da Justiça comum, com possibilidade de suspensão condicional do processo (artigo 89, Lei 9099/95).

b) Exclusão da pena de multa, já que, de modo geral, os réus são pobres.

c) A pena mínima cominada seria igual à pena para o crime de lesão corporal de natureza grave ("em primeiro grau" - art. 129, §1º, do PLS 236/12), e a pena máxima cominada adequar-se-ia ao proposto para o tipo de receptação simples (art. 166 do PLS 236/12).

d) Observa-se que, no quadro atual e também no PLS 236/12, a pena máxima cominada para o furto qualificado, que é um crime sem violência ou grave ameaça à pessoa, chega a patamar superior à pena mínima prevista para o homicídio simples (art. 121, CP).

e) Sugeriu-se a hipótese de excepcionalizar o furto de dinheiro em caixa eletrônico praticado mediante uso de explosivo: porém, trata-se de situação que pode ser tipificada como caso de concurso formal com o próprio delito de explosão, ao invés da modalidade qualificada proposta no PLS 236/12.

∴ Parte 2 ∴

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS APLICADAS PARA OS CRIMES DE FURTO E ROUBO

3) Roubo simples: alterar as penas:
de 3 a 6 anos e multa (proposta do PLS 236/12)
para reclusão de 01 a 04 anos sem multa

JUSTIFICATIVA: A pena do roubo simples deve também corresponder, por analogia, à pena prevista para as lesões corporais de natureza grave (“em primeiro grau”), em homenagem ao princípio da proporcionalidade e o devido valor aos bens jurídicos tutelados. A pena proposta no Projeto ultrapassa até mesmo a pena proposta para as lesões corporais “em segundo grau”, da qual resulta debilidade permanente de membro, sentido ou função (dois a seis anos). Parece inadmissível que a pena de roubo simples tenha a mesma pena mínima que aquela prevista para as lesões corporais “em terceiro grau” (três a sete anos), da qual resulta perda de membro, sentido ou função, aborto, deformidade permanente, entre outras gravíssimas consequências, sob pena de se conferir igual importância ao patrimônio como bem jurídico do que à própria integridade física ou vida do nascituro no ventre da vítima de lesões corporais.

Consequências: a) Competência da Justiça comum com possibilidade de proposta de suspensão do processo, nos termos do artigo 89 da Lei 9099/95. b) Exclusão da pena de multa, já que, de modo geral, os réus são pobres. c) A pena mínima cominada seria igual à pena cominada para o delito de lesão corporal de natureza grave (atual art. 129, § 1º, CP) ou “em primeiro grau” (PLS 236/12).

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS APLICADAS PARA OS CRIMES DE FURTO E ROUBO

4) ROUBO QUALIFICADO.

Proposta de MODIFICAÇÃO das penas cominadas para dois a seis anos, por necessidade de adequação ao princípio da proporcionalidade.

JUSTIFICATIVA: A pena proposta é de quatro a oito anos de prisão, pena mínima maior, como já referido, àquela das lesões corporais das quais resulta perda de membro, sentido ou função, aborto, ou deformidade permanente. Ainda, verifica-se que a pena mínima proposta é a mesma do delito de lesões corporais seguida de morte. Ora, considerando o valor social conferido aos bens jurídicos tutelados, tal descompasso transmite uma indesejada mensagem, do ponto de vista ético, a toda a população. Propõe-se que a pena do roubo qualificado corresponda àquela das lesões corporais “em segundo grau”, ou seja, **dois a seis anos**.

Propõe-se, ainda, a SUPRESSÃO do inciso II, do art. 157, §3., que se refere ao “*concurso de duas ou mais pessoas*” e a define como qualificadora tão relevante quanto o emprego de arma.

JUSTIFICATIVA: não há razoabilidade e proporcionalidade na equiparação entre as situações descritas no art. 157, §3., que justifique aumento tão grande de pena, mormente considerando que o concurso de duas ou mais pessoas pode funcionar como circunstância agravante genérica, supondo-o subsumido pela expressão “*ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido*”, conforme definido pelo art. 77, III, “c”, do próprio do PLS 236/12. Se necessário, pode-se acrescer a este dispositivo a previsão expressa de agravante genérica em relação aos casos em que há concurso de duas ou mais pessoas.

∴ Parte 2 ∴

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS SANÇÕES PENAIS APLICADAS PARA OS CRIMES DE FURTO E ROUBO

TÍTULO XV (CRIMES RELATIVOS A ESTRANGEIROS).

Proposta de SUPRESSÃO

JUSTIFICATIVA: A criminalização das condutas ali elencadas está em desacordo com a posição internacional do Estado Brasileiro sobre a questão da migração, seja ela regular ou irregular, diferindo significativamente da previsão constitucional sobre o tratamento devido ao estrangeiro, mas também violando conceito basilar do direito penal “do fato” ao se levar em conta, de forma desnecessária, o *status* “estrangeiro” para determinar e diferenciar tipos penais. Do ponto de vista jurídico, todos os tipos penais elencados podem ser absorvidos de forma satisfatória pelos crimes contra a fé pública. Ademais, a posição da ACNUR é justamente no sentido de que se trata de um debate a ser travado em outra dimensão que não a da justiça criminal, assim como vem sendo feito na discussão da Política de Imigração e do anteprojeto da nova lei de Migrações (PL 5655/2009).

::: Parte 3 :::

OUTRAS ADEQUAÇÕES NA PARTE GERAL DO PLS 236/12

ARTIGO 50, §1. (Regras do regime fechado)

- Inserção da condição de obrigatoriedade do condenado não apenas ao trabalho, mas também ao estudo.

ARTIGO 51, §1. (Regras do regime semiaberto)

- Inserção da condição de obrigatoriedade do condenado não apenas ao trabalho, mas também ao estudo, independentemente da quantidade de pena cumprida, tendo em vista a finalidade de reintegração social decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana.
- § Xº - O trabalho externo e a frequência a cursos serão autorizados pelo diretor do estabelecimento penal, ouvida a equipe técnica, independentemente da quantidade de pena cumprida nesse regime.

ADEQUAÇÕES NA PARTE GERAL DO PLS 236/12

INSERÇÃO DE DISPOSITIVO REGULAMENTANDO O RECOLHIMENTO DOMICILIAR

• **Prisão Domiciliar:** inserção de novas hipóteses, tendo por parâmetro a Lei 5256/67 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- a) Nas localidades em que não houver estabelecimento adequado ao recolhimento dos presos provisórios e dos condenados a cumprir pena em regime semiaberto, o juiz, considerando a gravidade e as circunstâncias do crime, ouvido o representante do Ministério Público, poderá autorizar a prisão do réu ou indiciado na própria residência, de onde o mesmo não poderá afastar-se sem prévio consentimento judicial.
- b) A prisão domiciliar não exonera o réu ou indiciado da obrigação de comparecer aos atos policiais ou judiciais para os quais for convocado, ficando ainda sujeito a outras limitações que o juiz considerar indispensáveis à investigação policial e à instrução criminal.
- c) Por ato de ofício do juiz, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial, o beneficiário da prisão domiciliar poderá ser submetido a vigilância policial ou a monitoração eletrônica, exercida sempre com discricionariedade e sem constrangimento para o réu ou indiciado e sua família.
- d) A violação de qualquer das condições impostas implicará na perda do benefício da prisão domiciliar, devendo o réu ou indiciado ser recolhido a estabelecimento penal, onde permanecerá segregado.

::: Parte 3 :::

ADEQUAÇÕES NA PARTE GERAL DO 236/12

ARTIGO 52 (Regras do regime aberto)

INCLUSÃO DE PARÁGRAFO.

§ ° - Estabelecer regras para a aplicação da suspensão cautelar de regime.

PROPOSTA DE REDAÇÃO:

“O Juiz determinará a suspensão cautelar do regime, expedindo-se mandado de prisão, se for o caso, determinando-se o comparecimento do réu em audiência de justificação, no prazo de 05 dias, cuja audiência será realizada, quando possível, por meio eletrônico, na presença de defensor”.

::: Parte 3 :::

ADEQUAÇÕES NA PARTE GERAL DO PLS 236/12

ARTIGO 53 (Regime especial para mulheres)

Estabelecer hipóteses diferenciadas para o cumprimento de pena para mulheres que possuem filhos anteriores ao fato da condenação, sob sua guarda para que possam cumprir pena em regime domiciliar (se necessário, com monitoramento eletrônico).

ARTIGO 59, §2.

Inserção, como hipótese de detração, também o período sob monitoramento eletrônico.

::: Parte 3 :::

ADEQUAÇÕES NA PARTE GERAL DO PLS 236/12

ARTIGO 60. INCLUSÃO de novas hipóteses de penas restritivas de direito.

Inclusão dos incisos:

V – advertência, orientação, apoio e acompanhamento temporário por técnico indicado pela autoridade judiciária ou pelo Patronato público ou privado;

VI – obrigação de reparar os danos causados à vítima, tendo a reparação caráter patrimonial ou simbólico, através da mediação ou de outras práticas restaurativas, podendo contar com a participação de familiares dos envolvidos no fato e da comunidade;

VII – leitura obrigatória de livros didáticos ou obras literárias e elaboração de resenhas, que serão avaliadas por profissionais da educação indicados pelo Poder Público ou por intermédio do Patronato ou congênere;

::: Parte 3 :::

ADEQUAÇÕES NA PARTE GERAL DO PLS 236/12

ARTIGO 60. Novas hipóteses de penas restritivas de direito.

Inclusão dos incisos:

VIII – frequência escolar obrigatória – em curso de alfabetização, atividade de ensino fundamental, médio, ou superior, observado, no que couber, o disposto na Lei de Execução Penal, para fins de remição da pena pelo estudo. As atividades de estudo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados e o encaminhamento deverá ser feito pelo Patronato ou congênere;

IX - frequência escolar obrigatória – em atividade profissionalizante ou de requalificação profissional, observado, no que couber, o disposto na Lei de Execução Penal, para fins de remição da pena pelo estudo. As atividades de estudo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados e o encaminhamento deverá ser feito pelo Patronato ou congênere;

X – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos pelo prazo máximo previsto na Lei 11.343 de 26 de agosto de 2006

ARTIGO 60. Novas hipóteses de penas restritivas de direito.

Inclusão dos incisos:

XI – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial ou em programa comunitário ou oficial de assistência social;

Justificativa

A advertência e o estabelecimento de medidas de caráter efetivamente pedagógico e educativo estão já previstos como medidas sócio educativas para adolescentes em conflito com a lei. Propõe-se sua extensão a todos os condenados e também àqueles que participarem de conciliação, transação penal ou suspensão condicional do processo, nos termos da Lei 9.099/95. Por fim, o enquadramento das práticas restaurativas, que visam restaurar o dano causado pelo crime de forma não apenas pecuniária, mas também simbólica e moral, como modalidade possível de pena restritiva de direito, coaduna-se integralmente com o anseio pela construção de um sistema penal humanizado e que efetivamente produza um sentimento coletivo de justiça e censura, e não de impunidade.

::: Parte 3 :::

ADEQUAÇÕES NA PARTE GERAL DO PLS 236/12

ARTIGO 61, INCISO V – Proposta de SUPRESSÃO.

Justificativa: fere a Constituição Federal (art. 5º, inciso XLVI) quando trata da individualização da pena. Caracteriza *bis in idem* porque a reincidência já é fator de aumento de pena como circunstância agravante e é este aumento que, conforme o caso, impedirá ou não a substituição por pena restritiva de direitos.

ARTIGO 65

PROPOSTA DE NOVA REDAÇÃO

“A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, em horário fixado pelo Juiz, em dependência do Poder Judiciário ou em estabelecimento adequado, onde deverão ser ministrados cursos presenciais e à distância, palestras ou atribuídas atividades educativas”.

.: Parte 4 .:

ADEQUAÇÕES NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Substituir “Casa do Albergado” por “recolhimento em sua própria residência ou com uso de monitoramento eletrônico”;
1. Inserir outros requisitos no regime aberto, inclusive cumulação de pena restritiva – ver requisitos ora sugeridos;
1. Prisão Domiciliar: inserção de novas hipóteses, tendo por parâmetro a Lei 5256/67 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: *vide supra* (proposta para o art. 36 do CP).

Alteração do “caput” do artigo 117 da LEP, para excluir onde consta regime aberto. Criação de novas hipóteses que acolham o que já vem sendo aplicado pelo STF: além dos casos de maiores de 60 anos, mulheres grávidas, pessoas com deficiência, mulheres com filhos menores ou com deficiência e condenado com doença grave, incluir: *“condenados em regime semiaberto enquanto não implantados em Colônias Penais por ausência de vagas, e presos provisórios aguardando sentença judicial há mais de 180 dias, salvo nos casos de crime doloso contra a vida e desde que não haja 4 (quatro) ou mais acusados”*.

∴ Parte 4 ∴

ADEQUAÇÕES NA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

1. Manter e alterar o artigo 118 da LEP:
 - a) Alteração do § 2º para: *"Nas hipóteses do inciso I e do parágrafo anterior, o Juiz determinará a suspensão cautelar do regime, expedindo-se mandado de prisão, se for o caso, determinando-se o comparecimento do réu em audiência de justificação, no prazo de 05 dias, cuja audiência será realizada, quando possível, por meio eletrônico, na presença de defensor"*;
 - b) Inserção do § 3º para vedar que a regressão de regime seja feita para outro mais gravoso que o fixado na sentença como regime *inicial*, salvo a hipótese do inciso II, por respeito à coisa julgada.
1. Alterar o artigo 70 da LEP para tornar facultativa a apreciação do Conselho Penitenciário nos pedidos de comutação de pena (artigo 84, inciso VII, CF).
1. Inclusão , com as adequações necessárias, de medida de antecipação de livramento condicional, em 1 (um) ano, mediante uso de monitoramento eletrônico, conforme medida já prevista pelo direito português.

::: Parte 5 :::

ADEQUAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E NA LEI ANTIDROGAS

1. As testemunhas que não tem conhecimento do fato descrito na denúncia e são abonatórias de antecedentes ficariam dispensadas de depor em Juízo, cabendo à Defesa juntar declarações com firma reconhecida.
1. Previsão de procedimento especial para os crimes de furto e roubo, a fim de que vítima e réu sejam ouvidos antes das testemunhas, com vistas à composição. Se a composição restar infrutífera, retorna-se ao rito ordinário, assegurando-se ao réu novo interrogatório no final da instrução, nos termos da lei.
1. Alteração do art. 45 da Lei 11.343/06: Ao ser autuado em flagrante ou indiciado, será obrigatoriamente indagado do preso se é “dependente de substância entorpecente” e se a autoridade policial entender que existem fortes indícios de redução da capacidade de compreensão do fato, deverá proceder de imediato a submissão do réu ao exame toxicológico e remeter o laudo à autoridade competente.

O incidente de dependência toxicológica não suspende o curso processual;

Se por ocasião da sentença o resultado do incidente não estiver juntado ao processo, a sentença será proferida como se o réu fosse imputável. Eventual constatação superveniente da ausência ou redução de imputabilidade ensejará conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança nos termos do artigo 183 da LEP.

::: Parte 5 :::

ADEQUAÇÕES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E NA LEI ANTIDROGAS

Considerações

Muitos processos criminais contra réus que respondem por roubo envolvem dependentes de crack e outras substâncias entorpecentes. Entretanto, a previsão de realização do incidente tem procrastinado a tramitação processual, contra os próprios interesses do acusado.

Muitos condenados (homens e mulheres) são considerados traficantes, mas são primários, com pena inferior a quatro anos e foram presos com pequenas quantidades de substância entorpecente. Esta questão também merece atenção especial (rever quantitativo de pena e conversão de pena privativa em restritiva de direitos).

Criar Conselhos Estaduais de Monitoração de Prazos Processuais para o Julgamento de Presos Provisórios (180 dias) e de Incidentes de Execução (90 dias). Verificar a situação dos presos de fora do Estado de origem e que estão sem nenhuma assistência.

Criar Câmaras Técnicas para processamento e julgamento nos Tribunais de Habeas Corpus e Revisão Criminal (furto e roubo de valor não superior a 3 salários mínimos e para pequena quantidade de tráfico de entorpecentes).

Custo de gestão do Sistema Penal do Paraná

- O custo mensal da gestão da execução penal no Estado do Paraná, considerando 15.000 presos - provisórios + regime fechado é de aproximadamente R\$ 2.000/mês/preso = 30 milhões.
- O custo mensal da gestão pelo Estado equivale ao custo da construção de uma nova cadeia pública para 800 presos (37,5 a vaga x 800 = 30 mi), cuja execução da obra leva praticamente uma gestão

Custo do preso no Sistema Penal do Estado do Paraná

Orçamento anual DEPEN (300 milhões dividido pelo número de presos) 2.000 por mês

DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE ADMINISTRATIVA DO ORÇAMENTO - 2012				
				Em R\$
ÓRGÃO	DESPESA			TOTAL
	PESSOAL	MANUTENÇÃO	INVESTIMENTOS	
SEJU	14.329.160,00	18.918.790,00	1.779.930,00	35.027.880,00
DEPEN	208.378.700,00	54.896.310,00	74.966.920,00	338.241.930,00
SUB TOTAL	222.707.860,00	73.815.100,00	76.746.850,00	373.269.810,00
CMP	19.780.480,00	4.707.000,00		24.487.480,00
SUB TOTAL	19.780.480,00	4.707.000,00		24.487.480,00
TOTAL	242.488.340,00	78.522.100,00	76.746.850,00	397.757.290,00
PERCENTUAL	61%	20%	19%	100%
		Nº de Presos	Valor Preso ano	Valor preso mês
Orçamento DEPEN	338.241.930,00	14.500	23.327,03	1.944
TOTAL DE SERVIDORES AGENTE PENITENCIÁRIOS				
	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	
SERVIDORES EFETIVOS	2.837	312	3.149	
SERVIDORES CONTRATADOS NO PSS	202	33	235	
TOTAL GERAL	3.039	345	3.384	

SINTESE – Custo, tempo, vantagem

Gestão da Execução Penal	Custo por pessoa	Tempo de execução	Vantagens
Preso Provisório + Regime Fechado	2.000,00/mês	4 anos	Manter a gestão tradicional só para os casos graves
Regime Fechado, Semiaberto e Aberto (ex: APACs)	1 salário mínimo	1 a 2 anos	Baixo custo e baixa reincidência
Regime Semiaberto	menos de 1 salário mínimo	6 meses	Sustentabilidade
Monitoramento Eletrônico	aprox. 300,00	só licitar	Para presos provisórios (roubo e tráfico pequena quantidade) ou condenados (mulheres, sexagenários, deficientes, etc)

SINTESE – Custo, tempo, vantagem

Gestão da Execução Penal	Custo por pessoa	Tempo de execução	Vantagens
Alteração Legislativa com base na pena dos crimes de maior incidência	zero	regime de urgência	Rápida redução da população carcerária e instituição da Justiça Restaurativa
Controle rígido de prazos processuais	zero Planilha em excel e criação de Conselhos e Câmaras Técnicas	Regime de urgência	Rápido controle da situação processual
Reorganização dos Conselhos da Comunidade e Patronatos	baixo	Regime de urgência	Incentivo a aplicação de penas e medidas alternativas